

O que querem @s transviad@s?¹

Notas sobre *Incursiones queer en la esfera pública: movimientos por los derechos sexuales en México y Brasil*

Berenice Bento
Doutora em Sociologia
Professora da UFRN/Brasil

Quais as negociações que permitiram aos ativismos LGBT mexicanos e brasileiros entrarem na esfera política, inaugurando um discurso em torno dos direitos e sexualidade? Quais as relações entre ativismo LGBT e outros movimentos sociais? Como o tema das homossexualidades ingressa nos congressos dos partidos de esquerda, na cena legislativa, em plataformas de candidatos e nas políticas públicas? Quais os repertórios discursivos transnacionais foram acionados pelo ativismo LGBT no México e no Brasil em suas lutas pelos direitos humanos? Rafael de la Dehesa debruça-se em torno dessas e outras questões em *Incursiones queer en la esfera pública: movimientos por los derechos sexuales en México y Brasil*. Publicado, inicialmente, em inglês, pela Duke University Press, em 2010, o livro é composto de três partes (Marcos, Umbrales, Senderos) e seis capítulos, além de um prólogo à edição espanhola.

O autor realizou extensas pesquisas em arquivo, 268 entrevistas em profundidade com ativistas do movimento LGBT de ambos os países, ativistas de partidos políticos, funcionários públicos, aliados e opositores, consultou minuciosamente as fontes primárias em arquivos pessoais e de organizações. Uma extensa bibliografia interna aos debates em cada país e uma potente discussão teórica em torno das categorias analíticas biopolítica, sexualidade, hibridismo e liberalismo, entre outras, atravessam as quase 500 páginas escritas ao longo de nove anos.

Como interpretar e organizar um considerável volume de textos? Talvez o caminho mais sedutor fosse o trilhado tradicionalmente pela sociologia e que está assentado na legitimidade científica do positivista, encantado pela demonstração das regularidades e semelhanças internas a determinado recorte das relações sociais. Depois, viria a construção de um sistema classificatório com suas taxionomias e, por fim, alimentado

¹ “Transviados” é um insulto, na língua portuguesa, para aqueles/aquelas que não apresentam performance “adequada” às expectativas em torno do gênero imposto ao nascimento. Por uma escolha, decisão idiosincrática, eu não utilizo, nos meus textos, teoria “queer”, mas teoria/ativismos transviad@s.

pelas mesmas semelhanças/regularidades, a construção de tipos sociais (inspiração durkheimiana). Felizmente, De la Dehesa nega-se a enquadrar-se nesses esquemas metodológicos. Como ele afirmou, o objetivo do livro “no es derivar ‘leyes sociales’ a partir de la correlación de ciertos ‘hechos sociales’, sino deconstruir las circunstancias que permitieron a los hechos ser apreciados como tales mientras se descartaba otras posibilidades” (p. 42).

A cada capítulo, desenha-se, diante de nossos olhos, uma análise refinada e criticados processos que levaram ativistas LGBT mexicanos e brasileiros a ocuparem o espaço público e, ao fazer isso, negarem o protagonismo explicativo de suas existências à medicina e aos juristas, campos do conhecimento historicamente autorizados a falar sobre homossexualidades. Daí a centralidade que o conceito de campo assume para esta pesquisa. O campo, aqui, é acionado como metáfora espacial na qual os/as agentes sociais atuam, disputando posições no seu interior. A cada novo campo em que @s ativistas passavam a atuar, um novo repertório discursivo e estratégias singulares eram postas em cena. Assim, a entrada e aproximação com os partidos políticos de esquerda, as disputas no legislativo, a participação no Estado (principalmente após o advento da AIDS) a partir de uma perspectiva mais tecnocrática foram ações que exigiram a produção de contradiscursos para romper a centralidade explicativa (e patologizante) do saber-poder das ciências psi (psicologia, psicanálise e psiquiatria) e da medicina em relação às identidades LGBT.

Se, no âmbito legislativo, o México estava mais voltado para uma configuração discursiva em torno da cidadania (no caso brasileiro), quando @s ativistas passaram a fazer parte da formulação e gestão de políticas em torno de problemáticas derivadas da emergência da aids, o discurso passou a ter uma assinatura mais identificada com tecnocracia. É através, portanto, da noção de campo, que vemos diferentes repertórios discursivos e estratégias de ação sendo acionadas.

O esforço analítico do autor está mais voltado para o debate sobre as estratégias do que para os resultados. A sua preocupação central foi sublinhar as relações de poder e os processos de seleção, de tensões e fissuras estruturantes das tendências predominantes nos planos nacional e transnacional, sem negligenciar que essas mesmas tendências podem, potencialmente, produzir invisibilidades (ou opacidades) e silenciamentos de outras vozes dissidentes que habitam as margens.

Sugiro que este livro obedece a três movimentos que, por vezes, se entrecruzam, e, outras, se separam. Com isso, somos levados a descolamentos de abertura e fechamento

dos focos analíticos: 1) análise diacrônica e sincrônica dos ativismos em cada país; 2) análise em rede, sem um centro. Os temas elencados se conectam com uma diversidade de outras questões locais e transnacionais; 3) a vida destes debates nas subjetividades d@s ativistas. Assim, diante de uma produção discursiva considerável em torno do casamento entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, De la Dehesa fecha o foco para escutar um ativista da periferia do Rio de Janeiro que irá apontar o caráter corporativista, institucionalizado e pouco transgressor do movimento LGBT. Nesta sensível estratégia de organização da escrita, o autor humaniza os repertórios discursivos, preenchendo-os de carne, osso e voz. O livro respira em nossas mãos.

O autor não estrutura a análise a partir de um olhar binário/dicotômico, no qual, de um lado, teríamos @s ativistas e, do outro, Estado (seja no âmbito legislativo, judiciário e executivo). Ou, então, ativistas *versus* partidos políticos. Este binarismo é negado quando Rafael nos aponta que falar de “o ativismo LGBT” é um lugar vazio. O que vamos encontrar são múltiplas vozes internas a estes ativismos que disputam estratégias e táticas. Da mesma forma quando irá analisar as correlações de força no parlamento para a votação de determinada matéria relacionada aos direitos LGBT.

Adentramos a história tentacular dos ativismos, deitando por terra a ideia de que existe “o movimento”. Como efeito desta lenta interpretativa, “o gay”, “a lésbica”, como sujeitos políticos univocais, cedem lugar a uma polifonia de sujeitos coletivos em torno das sexualidades e gêneros. Este mesmo movimento de complexificação está presente quando irá discutir os sentidos para a “esfera pública”, este composto heterogêneo, com organizações singulares, parâmetros institucionais e culturais que definem os próprios termos em que as disputas acontecem.

Passamos a conhecer a diversidade de concepções interna aos ativismos a partir das agendas de luta. Qual o lugar que a luta, no âmbito parlamentar, deve ocupar? Com qual identidade se deve apresentar ao mundo público (liberados, bichas, homossexual, sapa, lésbica, gays)? Qual o melhor tropo para expressar a luta (diversidade, cidadania, diferença, dissidência)?

Por que Brasil e México?

O que faz um pesquisador estadunidense fazer uma longa pesquisa, em perspectiva comparada, entre dois países tão diferentes do seu? Quais os pontos de unidade e tensão que o permitiram construir suas análises? Estas questões podem ser respondidas objetiva

e subjetivamente. Concentrar-me-ei, neste momento, nas dimensões objetivas e deixaria as que identifico como subjetivas para um momento posterior.

O livro é construído a partir de alguns deslocamentos de junção e disjunção entre as duas realidades. E, atravessando-as, os discursos transnacionais que são encarnados singularmente nesses dois contextos nacionais.

Entre os pontos de unidade entre as duas experiências nacionais, o autor destaca: 1) o surgimento historicamente próximo dos dois movimentos LGBT mais antigos e fortes na América Latina; 2) elites políticas que adotaram o liberalismo como ideologia; 3) o importante papel de religiões/igrejas como instituições que estão em disputa na esfera pública; 4) os ativismos LGBT surgiram durante as transições democráticas; 5) o impacto da aids na relação com o Estado e sua importância para abrir um novo lugar de atuação, apontando, assim, para o esgotamento da fase em que os partidos políticos eram o lugar privilegiado para se estruturar políticas de aliança. As ONGs (organizações não governamentais) se tornaram as novas estruturas organizacionais que responderiam com maior rapidez às exigências desta nova fase do ativismo, caracterizada pela utilização de um repertório discursivo que vocalizava um conteúdo tecnocrata em consonância com as biopolíticas do Estado para as populações LGBT. Os ativistas entraram no Estado e passaram a ocupar lugares de poder, a discutir metas e resultados de programas governamentais e, para isso, tiveram que se apropriar de um novo repertório discursivo que se caracteriza pela lógica da ação racional com relação a um fim (nos termos de Max Weber). São os tempos do ativista especialista.

Entre outras diferenças, o autor aponta: 1) No Brasil, o ativismo encontrou ferramentas úteis nas democracias formais que puderam utilizar para apelar às aspirações normativas de uma elite política que cruzava linhas partidárias. No México, no entanto, os ativistas participaram em uma comunidade mais identificada com a esquerda internacional. Isso contribuiu para definir outros instrumentos que ela utilizou para entrar e disputar nos espaços públicos repertórios discursivos ; 2) enquanto os ativistas brasileiros, na era pós-ditadura militar, iniciaram uma longa trajetória de esforços no legislativo, os mexicanos enfrentaram barreiras mais difíceis e se mantiveram, em boa medida, marginadas da arena política formal por mais de uma década; 3) No México, os primeiros laços com a esquerda partidária aconteceram através da aliança eleitoral com o PRT. No Brasil, ao contrário, a grande maioria do ativismo negou-se a diluir suas lutas nos marcos partidários. O caminho escolhido foi o da política de alianças. Portanto, muito cedo, no

Brasil, consolida-se a tendência à formação de grupos interesse em torno aos direitos LGBT.

A relação que o movimento deveria ter com os partidos políticos foi um debate de longa duração. Grupos (conhecidos como autônomos), em ambos os países, se recusavam com veemência a ingressarem nas fileiras dos partidos, ao contrário de outros, que combinavam uma militância partidária e, simultaneamente, no movimento social. Destacam-se, entre os autônomos, lesbianas que consideravam a política partidária como correia de transmissão do Estado patriarcal, além de identificar a esquerda partidária como nicho formado por membros da classe média.

Quando Rafael nos apresenta esta disputa e as posições das ativistas lésbicas, ele imediatamente constrói um novo nó em sua rede discursiva e nos joga para outra esfera de negociações: o feminismo, que tem na categoria gênero a dimensão determinante de suas lutas. Como articular a luta de um feminismo heterocentrado, com o feminismo lésbico, onde sexualidade e gênero são apreendidos como duas dimensões inseparáveis de sua condição de sujeitos oprimidos? Através da história do movimento LGBT outras portas e frestas são abertas para nos revelar as tensões nos feminismos.

Em um jogo de espelhamento entre diferenças e proximidades, o autor nos faz produzir estranhamentos sobre o alcance e potencialidades da utilização da categoria cidadania que, no contexto brasileiro, teve e tem uma considerável centralidade nos processos de tencionamento dos limites do Estado. Um ativista mexicano, país onde esta noção não tem a mesma aceitação, dirá que, ao se acionar a estratégica discursiva de “direitos à cidadania”, os possíveis efeitos assimilacionistas do discurso nos marcos de um Estado heterocentrado são consideráveis. Acontece que o termo “cidadania” não é autoevidente, como mostra Rafael quando, a partir da fala de uma ativista travesti brasileira, nos aponta seus sentidos fluentes. Para ela, o direito a andar na rua, ter sua identidade de gênero respeitada, seriam alguns dos conteúdos que definiriam “cidadania”.

Onde está a origem? Fluxos discursivos transnacionais

Como um fio condutor, o autor problematizará inúmeras dicotomias, entre elas, a oposição “global *versus* local”, ainda tão recorrente nas discussões acerca da política LGBT. Este é um debate em que, atualmente, estamos completamente imersos a partir dos sentidos que atribuímos à teoria *queer*. Os binarismos “esquematizam un mundo, me parece, mucho más complejo y enredado en torno a rúbricas sobrepuestas de lo nacional y

lo extranjero; la subalternidad y la élite; los “queers autóctonos” (presumiblemente intocados por lamodernidad) y los gays cosmopolitas (presumiblemente alienados o colonizados), reduciendo a menudo el activismo a una mera mimesis de la política identitária estadounidense” (p. 365).

Desde o primeiro momento, os ativismos LGBT já estavam articulados com discussões que aconteciam além das fronteiras nacionais. O caráter transnacional pode ser auferido pelo vínculo dos partidos de esquerda (primeira porta de entrada dos ativistas LGBT na política formal) com organismos internacionais (a exemplo dos partidos trostkistas no Brasil e no México); as pesquisas de opinião sobre temas vinculados à população LGBT, aplicadas, inicialmente, em outros países e replicadas em contextos sociais; o debate sobre o eurocomunismo nas décadas de 1980 e 1990 e os desdobramentos na reformulação das linhas políticas de alguns partidos de esquerda que passaram a conferir outro lugar à superestrutura (ou à esfera da cultura) em suas análises. É neste contexto que estes partidos repensaram a relação entre a luta de classes e outras de caráter identitária (feminismo, homossexualidades e dimensão étnica). Assim, as reflexões internas às esquerdas e o fluxo de teorias foram influenciados e influenciaram os rumos dos ativismos nacionais. O debate em torno dos direitos dos LGBT já nasce inserido em um contexto globalizado, sendo, portanto, difícil (ou mesmo empobrecedor) demandar uma originalidade fora destes fluxos globalizados de teorias, ativismos e encontros.

No Brasil, a primeira mobilização pública d@s ativistas se deu em torno da luta pela suspensão da utilização do parágrafo 302.0 do CID (Código Internacional de Doenças) que patologizava a homossexualidade. A estratégia foi, em 1984, aproximar-se dos legisladores em todo o país com duas demandas: a apresentação de moções para pedir ao governo federal a suspensão unilateral da utilização deste parágrafo e a apresentação de uma emenda constitucional contra a discriminação por orientação sexual.

Esta agenda de luta produziu profundas divergências. Para alguns ativistas, representava um considerável desperdício de energia; para outros, estava em jogo uma disputa simbólica que, embora os ganhos não fossem imediatos, poderia contribuir para o fim do estigma que marcava as identidades LGBT.

Ao longo do livro, o autor irá discutir outras agendas. Eu retomei o caso da mobilização em torno do parágrafo 302.0 apenas para destacar as várias camadas que Rafael sobrepõe em sua atenta análise. Vemos como uma agenda política que mobiliza repertórios discursivos transnacionais a disputa desta agenda (seja para encaminhá-la ou

negá-la) entre @s ativistas e as estratégias adotadas para transformá-la em discurso público (via moções, manifestos, textos).

Somos instados a pensar sobre como as assinaturas culturais “originais” destas teorias e das agendas se perdem quando entram em jogos de disputas internas aos campos. O desafio, portanto, é entender a vida das teorias e das políticas vinculado-as a agentes e campos sociais concretos. Assim, o recurso retórico de que uma lei já foi aprovada em tal país (como fazemos hoje em relação à lei de identidade de gênero argentina), é, antes, um mecanismo próprio da cena pública para agregar valor simbólico à luta do que uma expressão de uma relação de subalternidade com os discursos “estrangeiros”.

A luta política e as disputas na esfera simbólica

Um dos argumentos centrais para se jogar energia política na esfera legislativa estava na potência simbólica que as leis têm em transformar mentalidades. No entanto, o que se nota, ao longo dos anos, é um movimento de “ajustes”, ou cooptação de setores do ativismo à lógica da assimilação de determinados termos identitários mais palatáveis na cena política pública. Ora, qual o efeito de transformação dos estereótipos e dos estigmas se os mesmos que propugnam a potência de transformação das mentalidades via aprovação de leis são os mesmos que terminam por sucumbir à lógica do “gay respeitável”? A mudança da identidade política de “liberados” para “homossexuais”, por exemplo, não seria um indicador inverso? Ou seja, a força simbólica que as normas sociais têm de capturar subjetividades e redefinir rumos da vida coletiva? Não seria o caso de pensarmos no sentido contrário da eficácia simbólica? Quem está mudando quem? E como medir a eficácia simbólica (ou a eficácia da lei)?

Em 2007, segundo De la Dehesa, o Brasil tinha um corpo de leis em matéria de orientação sexual. Dezenas de municípios e vários estados aprovaram algum tipo de lei que protegia os LGBT de discriminação baseada na orientação sexual. Algumas páginas depois, Rafael nos diz que “es revelador que, aparte del proyecto de ley sobre unión es civiles, que recibió una amplia cobertura de la prensa, 72% de los asistentes a la marcha, un evento organizado por el movimiento, desconociera cualquier tipo de legislación sobre derechos LGBT” (p. 259) Portanto, retorno à pergunta: qual a eficácia de uma lei que nem chega a ser conhecida? Nenhuma. É letra morta.

Não estou completamente segura, mas acredito que a força de resistência ao canto mágico das normas está vinculada aos projetos mais amplos que temos para a sociedade. Explico melhor. Se a luta é pela inclusão de uma determinada população, sem nenhuma criticidade em relação a esta mesma sociedade capitalista e heterocentrada de que se deseja fazer parte, há uma possibilidade maior de captura. No entanto, quando se estrutura o pensamento e ação fora dos determinismos (seja de classe social, gênero, sexualidade, raça/etnia) há uma maior potência transformadora. Talvez esta seja a diferença entre os ativistas considerados “assimilacionistas” e os outros que pensam o mundo pelas lentes da interseccionalidade.

IncurSIONES queer em la esfera pública é um livro fundamental, não exclusivamente pela genealogia e arqueologia que faz dos ativismos LGBT no Brasil e no México. Ele nos ajuda a olhar, numa perspectiva histórica processual, a atual conjuntura de luta pelos direitos humanos. Todas as questões que atravessavam os debates, dissidências, alianças, a relação com os poderes estatais a que o autor dá vida são atuais.

Na análise do debate fervoroso que aconteceu a partir do convite em 1982 a uma parlamentar lésbica europeia de um partido conservador a visitar grupos lésbicos no Brasil para trocar experiências, meu pensamento foi jogado nas discussões em torno do pinkwashing israelense. Embora Israel seja reconhecido por sua política racista e neocolonial em relação @s palestina@s, alguns ativista@s gays e lésbicas fazem ouvido-mudo para estas questões em função de uma defesa identitária (“os LGBT não são perseguidos em Israel”) sem vinculá-la a outras estruturas de poder. E, mais uma vez, a diferença entre as concepções em jogo está vinculada ao projeto mais amplo para a sociedade.

Moralidades: linhas de continuidades

A entrada do ativismo LGBT nos partidos de esquerda ressuscitou os fantasmas que aparecem no início do livro, quando o autor narra como o projeto de Nação, tanto no México quanto no Brasil, esteve assentado na exclusão das homossexualidades. Depois de décadas, os discursos de abjeção em relação a estas identidades não estava, exclusivamente, nas bocas dos donos do poder, de médicos, de psiquiatras ou juristas. Espalhou-se rizomaticamente pelas relações e instituições sociais. Nos idos de 1980 e 1990, eram os defensores do “poder do proletariado” quem iriam reafirmar a condição de anormais das pessoas LGBT. Tanto no mundo burguês do Estado liberal, quanto no

paraíso comunista, não haveria lugar para os seres “degenerados”, “pervertidos”, termos usados para referir-se largamente @s homossexualidades pelos militantes da esquerda. Como aponta o autor, “el mismo estigma homosexual era a menudo discutido en términos marxistas como un producto de la decadencia capitalista y una forma burguesa de la sexualidade” (p. 138).

O autor fez um importante recorrido histórico acerca das posições dos partidos comunistas mexicanos e brasileiros, a partir de suas resoluções, publicações, decisões de congressos. Tanto no Brasil quanto no México, foram os pequenos partidos trotskistas os que, primeiro, pautaram este debate internamente nos partidos (a Convergência Socialista no Brasil e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores no México) e que propuseram comissões de gays e lésbicas.

Quando eu li que “el homosexualismo es un problema social producto de la descomposición de la sociedad capitalista. Em el socialismo no existiría la homosexualidad a no ser como una cuestión biológica” (p. 139), posição de um militante maoísta, minha memória foi, como um raio, para os anos de 1980, quando eu comecei a militar em uma organização de esquerda. E não foi sem susto que pensei: “esta frase poderia ter sido dita por mim”. O debate sobre o recrutamento de pessoas homossexuais para serem membros da organização de que eu fazia parte aparecia, por vezes, em nossas reuniões de base. Camaradas recém-chegados da antiga URSS nos alertavam: *a classe operária não está preparada. Vamos adiar este debate para o momento posterior à tomada do poder político.* A mítica “classe operária” era uma muleta retórica perfeita para esconder os valores morais que organizavam nossas subjetividades. Eu, no auge de minha verve revolucionária, dos meus verdes 16 anos, balançava a cabeça e reproduzia o mesmo discurso. As mesmas muletas retóricas eram acionadas quando eram discutidas outras dimensões identitárias, a exemplo do feminismo e da questão racial.

A relação dos partidos de esquerda com o ativismo LGBT, analisada de forma refinada por De la Dehesa, nos revela o trágico de nós mesmos, as nossas limitações, a impossibilidade de sermos seres transgressores na totalidade. Ali, em algum lugar, habitam, em nós, as normas hegemônicas e nós nos tornamos resultado e criadores delas. Em jogos subjetivos dilacerantes, nos movemos entre agências e condicionamentos, liberdades e restrições, capturas e rebeldias.

A moralidade que organizou o projeto de Nação estava interiorizada em nossas subjetividades. Portanto, a entrada dos ativistas LGBT na cena pública foi sísmica e cumpriu sua promessa de eficácia simbólica. Transformou mentalidades, alterou

programas de partidos, se impôs com um debate importante para a vida pública. Obrigou-nos a pensar sobre, a produzir discursos e, neste processo pedagógico, as mudanças foram acontecendo. Décadas depois, escrevendo este texto, devo reconhecer que parte considerável de como vejo o mundo deve-se àqueles ativistas ousados, principalmente os trotskistas da Convergência Socialista que adentravam os congressos estudantis gritando a plenos pulmões, sem medo, com orgulho: *Sexo anal derruba general!*

O híbrido e o nômade

Já nas primeiras páginas, Rafael nos diz que sua relação com os Outros que povoam sua pesquisa é orientada pela “tradução cultural”. Esta declaração já demarca um campo teórico-político-ético fundamental que nos leva a criar uma expectativa em relação ao “tratamento” que um pesquisador estrangeiro irá dar às nossas histórias. Certamente, os estudos coloniais têm nos ajudado a repensar o nosso lugar, como pesquisador@s cucarach@s, na divisão internacional do conhecimento. Por décadas, vimos antropólogos cruzarem fronteiras, etnografarem culturas sem nenhuma preocupação ética com aqueles que lhes doavam suas histórias (e muitas não foram doações, foram roubos). Até o momento, falta à antropologia uma avaliação mais aprofundada desta relação com os Outros e deste conluio com o poder colonial.

Eu me pergunto como é possível alguém ser reconhecido como “o pesquisador” de tal cultura e nem a língua desta cultura dominar. A figura do “informante”, nome carregado de conotações policialescas, para nós, brasileir@s, ainda precisa ser melhor desvendada nesta história. Não canso de estranhar o prestígio de Lévi-Strauss, um francês que morreu sem aprender o português, mas que deveu parte considerável do seu prestígio ao tempo em que esteve entre nós. O que ele escutava dos seus informantes? Sabemos que traduzir é interpretar e, de certa forma, trair. Quais foram as interpretações e traições que os informantes comentaram? Nunca saberemos.

Possivelmente, ser estrangeiro aumenta este desafio de deslocamento e tradução, uma vez que há mapas construídos, via estereótipos, sobre este Outro que quero estudar. Então, para que esta proposta científico-ética (tradução cultural) se materialize, me parece que há uma pré-condição: saber falar a língua d@s colaborador@s da pesquisa, elemento estruturante da cultura.

Quem é Rafael De la Dehesa? Quem já o escutou nos eventos científicos e leu outros artigos seus, compreende que a condição de “estrangeiro” o acompanha. Nasceu

nos Estados Unidos, mas tem vínculos familiares no México e no Brasil. Foi, ao longo de anos, construindo famílias eletivas. Desde muito cedo passou a estudar o português e o espanhol era uma das línguas faladas em sua casa materna.

Por mais que façamos os disfarces ou maquiagens acadêmicas para alcançarmos a tal desejada linguagem insípida e inodora da ciência, quando escrevemos, nos revelamos. O escrito sobre os Outros, antes de tudo, é uma escrita sobre nós mesmos. Acredito que a centralidade que Rafael confere ao hibridismo para interpretar as plasticidades e fluidez dos discursos e práticas é um mecanismo de falar do seu lugar no mundo. Sua condição híbrida torna empobrecedor fechá-lo ou demitá-lo a uma identidade nacional. Ele não é estrangeiro quando está em solo brasileiro. Estrangeiridade é sua condição de ser no mundo. Ser estrangeiro, viver na fronteira, produz efeitos de desconfiança com tudo que cheira a fixo e à identidade imutável. E esta, desconfiada, elaborada com os sofiscados aparatos conceituais, estrutura a narrativa do seu livro.

Na viagem que fazemos ao ler este livro, somos sacudidos, como tripulantes de um navio que enfrenta uma tempestade, a cada novo capítulo. Ele não irá nos oferecer porto seguro em suas análises. O lugar da origem, dos discursos com certidão de nascimento, não encontra morada aqui. Portanto, ao se debruçar durante quase uma década em uma pesquisa de fôlego e rigor como poucas vezes eu tive em minhas mãos, o autor estava em processo de encontros (e desencontros) com os múltiplos “eus” que lhe habitam. E, nesta busca, somos nós, @s leitor@s, quem ganhamos.